

HP Participações e Consultoria Técnica S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais

1 Contexto operacional

A HP Participações e Consultoria Técnica S.A. tem por objeto social a exploração dos ramos de: atividade de participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista, caracterizando-se como holding de instituições não financeiras. Tem sede e foro na Rua Alberto Pasqualine nº 80 – Bairro Vila Santa Cecília – CEP: 27.260-010, em Volta Redonda RJ.

2 Base para preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração da Companhia avaliou a capacidade de continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 25 de fevereiro de 2022.

b Mensuração do valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa.

c Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

d Aplicação de julgamento e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras

O processo de elaboração das demonstrações financeiras, conforme as normas aplicáveis às pequenas e médias empresas – NBC TG 1000 (R1), envolvem a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- Vida útil de ativos de longa duração;
- Teste do valor recuperável de ativos;
- Análise do risco de crédito para determinação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa;
- Análise dos riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências, e demais ativos e passivos na data do balanço.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido às imprecisões inerentes ao processo de determinação. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela administração da Companhia.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia, nessas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

a Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros como instrumentos financeiros básicos, em conformidade com a política contábil da Companhia e por atender as condições da seção 11 do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, portanto, são ativos financeiros básicos: i) caixa e equivalentes de caixa.

Os passivos financeiros básicos são: i) fornecedores.

Os ativos e passivos financeiros básicos são mensurados pelo custo amortizado.

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros básicos inicialmente na data em que foram originados, exceto os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros básicos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos e passivos financeiros básicos são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de depósitos bancários à vista. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

c Imobilizado

c.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

c.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

c.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

d Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

Ativos financeiros classificados como custo amortizado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

A administração da Companhia revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável (impairment), em contrapartida do resultado.

Se uma perda por redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Administração desconhece a perda por deterioração de ativos ou mudanças nas circunstâncias de negócio, que justifiquem o reconhecimento de uma perda em função da não recuperação dos referidos ativos.

e Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da nota fiscal/ fatura correspondente.

f Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Também é condicional a estimativa confiável do valor. As provisões para riscos e contingências são constituídas por valores atualizados, com base nas melhores estimativas de perdas estabelecidas pelos assessores jurídicos da Companhia.

Quando a provisão é mensurada usando o fluxo de caixa estimado para liquidar a obrigação, o seu valor é determinado através do valor presente desse fluxo de caixa.

g Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro real tributável, às alíquotas estabelecidas, respectivamente, nos termos da legislação fiscal vigente.

h Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

i Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

j Segregação entre circulante e não circulante

As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores até o encerramento do próximo exercício social estão registradas no circulante e as com prazos superiores no não circulante.

k Reconhecimento de receitas

A receita é reconhecida na extensão em que em que a Companhia transfere o controle dos bens e serviços para o cliente, sendo geralmente no momento em que o cliente recebe o produto ou serviço, e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. As demais receitas são sempre reconhecidas pelo regime de competência.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
	94	94
Caixa	9.236	32.420
Bancos conta movimento	<u>9.330</u>	<u>32.514</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Empresa.

5 Imobilizado

a Composição do saldo

Descrição	Taxa		2021		2020	
	anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Terrenos	-	3.230.181	-	3.230.181	3.230.181	3.230.181
Edificações	4%	28.736.620	(9.564.093)	19.172.527	20.027.807	20.027.807
Construção em andamento	-	33.565.928	-	33.565.928	33.565.928	33.565.928
		<u>65.532.729</u>	<u>(9.564.093)</u>	<u>55.968.636</u>	<u>56.823.916</u>	<u>56.823.916</u>

b Movimentação do custo no exercício

Descrição	1º/1/2020	Aquisições	2020	Aquisições	2021
Terrenos	3.230.181	-	3.230.181	-	3.230.181
Edificações	28.736.620	-	28.736.620	-	28.736.620
Construção em andamento	33.565.928	-	33.565.928	-	33.565.928
	65.532.729	-	65.532.729	-	65.532.729

c Movimentação da depreciação acumulada no exercício

Descrição	1º/1/2020	Adições	2020	Adições	2021
Edificações	(7.853.531)	(855.281)	(8.708.812)	(855.281)	(9.564.093)

6 Passivos contingentes

No desenvolvimento de suas operações, a Companhia está sujeita a certos riscos representados por ações tributárias, cíveis e processos trabalhistas.

Ainda quanto a questões tributárias, de acordo com as legislações vigentes, as operações da Companhia estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais, em períodos prescricionais dos diversos impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais (em geral, cinco anos).

Em 31 de dezembro de 2021 a administração da Companhia julgou não ser necessária a constituição de provisão para contingências.

7 Patrimônio líquido

a Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 59.223.172 (59.223.172 em 2020), no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, composto por bens móveis e recursos da UVR Empreendimentos e Participações S.A.

b Prejuízos acumulados

Montam R\$ 3.390.270 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 2.336.441 em 2020). Os prejuízos acumulados são inferiores ao patrimônio líquido da Companhia, com isso, não há um passivo descoberto nos exercícios apresentados.

8 Despesas gerais e administrativas

Descrição	2021	2020
Depreciação e amortização	(855.281)	(855.280)
Impostos e taxas diversas	(166.141)	-
Prestação de serviço	(30.090)	(16.154)
Publicidade e propaganda	-	(3.352)
	<u>(1.051.512)</u>	<u>(874.786)</u>

9 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a Considerações gerais

A Administração mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>Classificação</u>
Caixas e equivalentes de caixa	4	9.330	32.514	(i)
Fornecedores	-	2.280	1.837	(ii)

Classificação:

- (i) Ativo ao custo amortizado
- (ii) Passivo ao custo amortizado.

b Fatores de risco que podem afetar os negócios da Administração

Os principais fatores de risco que a Administração está exposta reflete em aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégicos-operacionais (tais como mudanças relevantes na estrutura) são endereçados pelo modelo de gestão da Administração. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle visando a liquidez, rentabilidade e segurança. A Administração possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros monitorada pela Administração, sendo que esta possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Administração são:

- Risco de crédito.
- Risco de liquidez.
- Risco de taxas de juros.

A Administração não efetua aplicações de caráter especulativa em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

c Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que submetem a Administração a riscos de crédito de contraparte são representados, fundamentalmente, por caixa e equivalentes de caixa. Os riscos de crédito de caixa e equivalentes de caixa decorrem, principalmente, da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Companhia. Regularmente a Administração executa análise de crédito das instituições nas quais mantém relacionamento através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, dentre outras. Equivalentes de caixa são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e liquidez. Os riscos de créditos associados ao contas a receber de clientes é reduzido em virtude da análise de crédito e dos procedimentos de controle da Administração que monitoram esse risco. A exposição máxima do risco de crédito está demonstrada abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixas e equivalentes de caixa	<u>9.330</u>	<u>32.514</u>

d Gerenciamento do capital

A política da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. Para tanto, a administração monitora a relação da dívida líquida em relação ao patrimônio líquido total.

A administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de financiamento e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A dívida da Empresa para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Total do passivo	2.310	1.885
Menos: Equivalentes de caixa	9.330	32.514
Dívida líquida (A)	<u>(7.020)</u>	<u>(30.629)</u>
Total do patrimônio líquido (B)	56.072.902	56.951.731
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A)/ (B)	(0,00013)	(0,00054)

10 Cobertura de seguros

A administração da Companhia mantém cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para bens do imobilizado e dos estoques, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

**LUIZ PAULO
TOSTES
COIMBRA:4
6937641753**

Assinado de
forma digital por
LUIZ PAULO
TOSTES
COIMBRA:469376
41753
Dados: 2022.03.30
15:43:48 -03'00'

*** fim ***

**MARIA DO
CARMO
TEIXEIRA:65
755960704**

Assinado de forma
digital por MARIA DO
CARMO
TEIXEIRA:657559607
04
Dados: 2022.03.30
12:25:23 -03'00'